

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00110033.003535/2025-10

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de seus órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, necessita assegurar o fornecimento contínuo de **água mineral natural** e de **gás liquefeito de petróleo (GLP)** para garantir condições adequadas de funcionamento de suas atividades administrativas e operacionais.

1.2. A água potável de qualidade é indispensável para a saúde e o bem-estar dos servidores públicos e do público em geral que frequenta prédios e instalações estaduais, sendo ainda essencial para o cumprimento das normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho. Em muitos casos, a água fornecida pela rede pública não apresenta características adequadas para consumo imediato, tornando necessária a contratação de água mineral natural para assegurar a potabilidade e prevenir riscos sanitários.

1.3. O GLP, por sua vez, desempenha papel essencial em diversas atividades desempenhadas pela administração pública estadual. É amplamente utilizado em cozinhas de escolas, hospitais, refeitórios e unidades prisionais na preparação de refeições; em laboratórios e pequenas indústrias vinculadas a instituições de ensino e pesquisa, possibilitando a realização de experimentos e estudos; e em unidades de saúde, onde sua utilização representa alternativa segura e eficiente.

1.4. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto subsidiar a realização de nova licitação para aquisição de água mineral natural e de gás liquefeito de petróleo (GLP), com vistas a atender às demandas atuais e futuras dos órgãos e entidades do Estado. A nova licitação será precedida de coleta de demandas, de modo a dimensionar adequadamente as quantidades a serem registradas e assegurar que o planejamento reflita as reais necessidades da Administração.

1.5. A contratação será conduzida por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), sob a gestão da Secretaria de Estado da Administração (SEAD/RN), possibilitando o atendimento a múltiplos órgãos e entidades de forma centralizada, com entregas parceladas e conforme as necessidades específicas de cada unidade requisitante. A adoção do SRP se justifica pela natureza contínua do fornecimento, pela recorrência das contratações, pela obtenção de ganhos de escala e pela racionalização dos procedimentos administrativos.

1.6. Dessa forma, a contratação proposta visa garantir a continuidade, a eficiência e a economicidade na aquisição desses bens essenciais, reforçando o compromisso da Administração Pública estadual com a boa gestão dos recursos públicos e com a manutenção de condições adequadas de trabalho e atendimento nos diversos espaços sob sua responsabilidade.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Compras Governamentais (COMPR)	JOÃO MARCOS FIRMINO FILGUEIRA
Subcoordenadoria de Apoio e Acompanhamento de Licitações e Contratos	tarcylla
Órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do RN	AUTORIDADES MÁXIMAS

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUA

3.1. O [Decreto Nº 32.449, de 07 de março de 2023](#), que regulamenta a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, estabelece, em seu Capítulo II do Título III, a obrigatoriedade de elaboração e aprovação do Plano de Contratações Anual (PCA) por cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual. Esses planos devem estar alinhados ao planejamento estratégico institucional e subsidiar a formulação da proposta orçamentária.

3.2. No Capítulo III do mesmo título, o Decreto dispõe que a Secretaria de Estado da Administração (SEAD) é responsável pela consolidação dos PCAs em um Plano de Contratações Anual do Estado (PCAE), instrumento que visa racionalizar as contratações, garantir compatibilidade com o planejamento estratégico, evitar o fracionamento de despesas, fomentar a competitividade e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

3.3. Embora o PCAE referente ao exercício de 2026 ainda não tenha sido consolidado, a presente contratação se justifica pelo caráter essencial e contínuo do fornecimento de água mineral natural e de gás liquefeito de petróleo (GLP), bens indispensáveis à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos e entidades estaduais. A atual ata de registro de preços encontra-se próxima do término de sua vigência, sendo, portanto, necessário antecipar o processo licitatório para evitar descontinuidade no abastecimento e garantir a continuidade dos serviços públicos.

3.4. Dessa forma, a realização antecipada desta licitação tem como fundamento a necessidade permanente e

recorrente de fornecimento de água mineral e GLP no âmbito da Administração Pública Estadual, o que justifica o seu planejamento e processamento independentemente da consolidação do PCAE 2026. O novo registro de preços permitirá atender, de forma centralizada e econômica, às demandas dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte que manifestarem interesse em participar da contratação.

3.5. Ressalta-se que, no Sistema de Registro de Preços, cabe aos órgãos participantes, em suas justificativas para adesão, declarar que a demanda apresentada está devidamente alinhada ao planejamento institucional vigente em suas respectivas Pastas, cabendo ao órgão gerenciador a verificação e consolidação dessas informações para fins de planejamento e execução do processo licitatório.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento realizou levantamento de mercado com vistas à identificação das soluções disponíveis para atender à necessidade de fornecimento contínuo de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP), avaliando aspectos técnicos, econômicos, logísticos e de sustentabilidade.

4.2. Para o fornecimento de água mineral, as principais soluções disponíveis no mercado são:

- a) aquisição de água mineral natural em recipientes descartáveis ou retornáveis (copos, garrafas e garrafões);
- b) aquisição ou locação de purificadores e bebedouros de pressão ligados à rede hidráulica dos imóveis.

4.3. Para o fornecimento de gás, foram identificadas as seguintes alternativas:

- a) fornecimento de gás natural por rede canalizada;
- b) fornecimento de gás GLP em botijões e cilindros;
- c) instalação de tanques de armazenamento de gás GLP.

4.4. Dentre as soluções apresentadas, pode-se destacar as seguintes vantagens e desvantagens:

ÁGUA		
SOLUÇÃO	VANTAGEM	DESVANTAGEM
Aquisição de água mineral natural em recipientes (copos, garrafas e garrafões)	<b>Economicidade:</b> a compra em escala tende a resultar em preços mais competitivos. <b>Qualidade assegurada:</b> fornecedores possuem certificações sanitárias e realizam testes regulares de potabilidade. <b>Conveniência e disponibilidade:</b> possibilidade de entregas regulares e contínuas, assegurando o abastecimento. <b>Baixo custo inicial:</b> solução amplamente utilizada pelos órgãos públicos, dispensando grandes investimentos iniciais.	<b>Dependência de fornecedores:</b> eventuais problemas logísticos podem afetar a regularidade das entregas. <b>Necessidade de armazenamento:</b> exige espaço físico adequado para estocagem dos recipientes. <b>Risco de contaminação:</b> se não forem armazenados ou manuseados corretamente, os recipientes podem ser contaminados.
Aquisição ou locação de purificadores e bebedouros de pressão ligados à rede hidráulica	<b>Redução de custos logísticos:</b> elimina despesas com entrega e armazenamento de recipientes. <b>Sustentabilidade:</b> reduz o uso de plásticos descartáveis. <b>Disponibilidade imediata:</b> água acessível diretamente nos pontos de uso.	<b>Alto investimento inicial:</b> requer aquisição e instalação dos equipamentos e possíveis adaptações na infraestrutura hidráulica. <b>Manutenção frequente:</b> necessidade de troca de filtros, limpeza e suporte técnico periódico. <b>Dependência da rede pública:</b> a qualidade da água depende diretamente do abastecimento público. <b>Gestão mais complexa:</b> demanda sistema eficiente de monitoramento da qualidade da água e manutenção dos equipamentos.

Estudo Técnico Preliminar 37109466SEI 00110033.003535/2025-10 / pg. 2

Gás		
<b>Fornecimento de gás natural por rede canalizada</b>	<b>Fornecimento contínuo:</b> alta confiabilidade e regularidade no abastecimento. <b>Economicidade em grandes volumes:</b> custo reduzido por unidade de energia. <b>Maior segurança:</b> menor risco de acidentes em comparação ao transporte e armazenamento de botijões.	<b>Alto custo de infraestrutura:</b> exige instalação de rede canalizada específica. <b>Dependência da concessionária:</b> sujeição à disponibilidade e condições contratuais. <b>Baixa flexibilidade de negociação:</b> tarifas reguladas e pouco espaço para ajuste de preços.
<b>Fornecimento de gás GLP em botijões e cilindros</b>	<b>Flexibilidade de consumo:</b> possibilidade de ajuste da quantidade conforme a demanda. <b>Ampla disponibilidade:</b> facilidade de aquisição junto a diversos fornecedores. <b>Versatilidade:</b> pode ser utilizado em locais sem rede canalizada.	<b>Custo unitário mais elevado:</b> geralmente mais caro por unidade de energia em comparação ao gás canalizado. <b>Maior risco de acidentes:</b> envolve transporte e manuseio frequente dos recipientes. <b>Logística e armazenamento:</b> necessidade de espaço adequado e gestão de reabastecimento.
<b>Instalação de tanques de armazenamento de GLP</b>	<b>Autossuficiência operacional:</b> reduz a frequência de reabastecimento. <b>Economia em grandes volumes:</b> potencial de redução de custos com compra em larga escala. <b>Segurança operacional:</b> menor manipulação diária em comparação aos botijões.	<b>Investimento inicial elevado:</b> custos significativos para instalação dos tanques. <b>Necessidade de manutenção:</b> inspeções regulares e manutenção obrigatória. <b>Demanda por espaço físico:</b> exige área adequada para instalação dos tanques.

4.5. Além da análise de soluções, foram consultadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, em diferentes esferas federativas, bem como sítios eletrônicos especializados e bases públicas de dados, o que permitiu identificar práticas de mercado e parâmetros técnicos e econômicos de referência.

4.6. Como contratações similares consultadas temos pregões realizados pela: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (<http://www.al.rn.gov.br/empresa/licitacoes/>), a Prefeitura Municipal de Natal (<https://compras.natal.rn.gov.br/paginas/licitacoes/>), a Prefeitura Municipal de Mossoró (<https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/mossoro/portal/compras/ataPrecoTable>) dentre outros que compõem a Planilha de Fontes Consultadas apresentada como link na tabela presente no item 5.9.

4.7. Nesse contexto, a aquisição de água mineral natural em recipientes (copos, garrafas e garrações) e a aquisição de gás GLP em botijões e cilindros se apresentam como as soluções mais adequadas para atender às necessidades dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual. Essa escolha fundamenta-se em aspectos técnicos, econômicos e operacionais, sendo amplamente adotada por outras administrações públicas, em diferentes esferas federativas, com resultados positivos quanto à eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados.

4.8. Além de representar uma solução consolidada e testada em larga escala, a aquisição de água mineral e gás GLP por meio de fornecedores especializados promove melhor aproveitamento dos recursos públicos, ao viabilizar compras com preços mais competitivos em razão do ganho de escala e à ampla concorrência no mercado. Do ponto de vista operacional, trata-se também da alternativa que oferece maior flexibilidade e praticidade, por permitir entregas conforme a demanda dos órgãos, sem a necessidade de investimentos estruturais significativos ou alterações na infraestrutura existente.

4.9. Outro ponto relevante é que a opção selecionada favorece a sustentabilidade ambiental, uma vez que possibilita a utilização de recipientes recicláveis ou com percentual de material reciclado em sua composição e incentiva fornecedores a adotar boas práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente. Essa abordagem está alinhada às diretrizes de compras públicas sustentáveis e à política estadual de gestão eficiente de recursos.

4.10. Diante dos fatores analisados, como viabilidade técnica, economicidade, disponibilidade no mercado, segurança operacional e sustentabilidade, conclui-se que a aquisição de água mineral natural em recipientes e de gás GLP em botijões e cilindros representa a solução mais vantajosa para a Administração Pública estadual. A adoção dessa alternativa atende plenamente às necessidades dos órgãos e entidades, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, a eficiência administrativa e a adequada utilização dos recursos públicos.

## 5. DEFINIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Na definição das especificações do item para a presente contratação, a partir da sugestão formulada no

Documento de Formalização da Demanda 37094113, foram utilizadas ferramentas de cunho eminentemente técnico, em que diversas variáveis foram consideradas, tais como:

5.2. **Análise da necessidade e do consumo histórico:** levou-se em conta o comportamento da demanda durante a vigência da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 10/2023 (PAE nº 00110033.002364/2024-21), utilizada como principal referência por representar a contratação mais recente e refletir de forma atualizada o padrão de consumo dos órgãos e entidades estaduais. As informações extraídas desse processo auxiliaram na estimativa das quantidades e na definição das características dos itens a serem licitados, considerando também as dificuldades e limitações identificadas em alguns itens que resultaram fracassados naquele certame.

5.3. **Especificação técnica dos itens:** as descrições foram definidas com base nas características essenciais dos produtos, tais como tipo, material, dimensões, padrões de qualidade exigidos e conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis, de modo a garantir a adequação ao uso pretendido e a segurança sanitária dos usuários.

5.4. **CrITÉrios de sustentabilidade:** priorizaram-se especificações que favorecem a participação de empresas comprometidas com boas práticas ambientais e com o uso de materiais recicláveis ou reciclados, alinhando a contratação às diretrizes de compras públicas sustentáveis.

5.5. **Disponibilidade no mercado e logística de entrega:** avaliou-se a capacidade dos fornecedores em atender às demandas dentro dos prazos estabelecidos e com regularidade, considerando a necessidade de abastecimento contínuo e a distribuição para diferentes órgãos localizados em diversas regiões do Estado.

5.6. **Aspectos sanitários e de segurança:** no caso da água mineral natural, foram observados os requisitos de qualidade microbiológica, físico-química e de acondicionamento definidos pela ANVISA e pela Agência Nacional de Mineração (ANM), garantindo a potabilidade e a segurança para o consumo humano. Quanto ao GLP, observaram-se as normas técnicas de armazenamento, transporte e manuseio aplicáveis, assegurando que os recipientes atendam às exigências de segurança e estejam em perfeito estado de conservação, conforme a regulamentação vigente.

5.7. **Continuidade e essencialidade do fornecimento:** a definição dos itens considerou o caráter essencial do abastecimento de água mineral e GLP para a manutenção das atividades cotidianas da Administração Pública Estadual. A interrupção desses insumos pode comprometer diretamente a execução de serviços essenciais, como alimentação em unidades escolares e prisionais, funcionamento de laboratórios e unidades de saúde, além do conforto e bem-estar nos ambientes de trabalho.

5.8. **Pesquisa de mercado:** foram consultados preços e especificações de produtos amplamente disponíveis no mercado, com o objetivo de garantir a competitividade, a economicidade e a viabilidade da contratação.

5.9. A definição das especificações e o detalhamento técnico de cada item, bem como seus valores estimados e unidades de medida, estão apresentados na tabela a seguir.

ÁGUA MINERAL						
ITEM N°	ITEM MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml)	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	36.018	<a href="#">R\$ 32.00</a>	R\$ 1.152.576,00
2	Água mineral natural sem gás(garrafa de 500ml)	Sem gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote c/ 12 garrafas	900	<a href="#">R\$ 14.95</a>	R\$ 13.455,00
3	Água mineral natural com gás(garrafa 500ml)	Com gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote c/ 12 garrafas	50	<a href="#">R\$ 21.60</a>	R\$ 1.080,00
4	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio)	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	277.092	<a href="#">R\$ 7.83</a>	R\$ 2.169.630,36
		Sem gás,				

5	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame)	acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	1	<a href="#">R\$ 24,99</a>	R\$ 24,99
GÁS DE COZINHA						
ITEM N°	ITEM MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
6	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano)	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	174	<a href="#">R\$ 310.00</a>	R\$ 53.940,00
7	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano)	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	29	<a href="#">R\$ 878.44</a>	R\$ 25.474,76
8	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano)	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	3.247	<a href="#">R\$ 112.85</a>	R\$ 366.423,95
9	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano)	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	5996	<a href="#">R\$ 361.00</a>	R\$ 2.164.556,00
10	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano)	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	124	<a href="#">R\$ 110.00</a>	R\$ 13.640,00
11	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano)	Fornecido em botijão com 45Kg (P45) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	400	<a href="#">R\$ 410.00</a>	R\$ 164.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 6.124.801,06

5.10. Para todos os itens da Tabela do item 5.9, durante a Intenção de Registro de Preços (IRP), será realizada a coleta de demanda junto aos órgãos e entidades interessados em participar do Registro de Preços da presente contratação.

5.11. Para os itens da Tabela do item 5.9, os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico da última licitação conduzida pela Pasta, correspondente ao Pregão Eletrônico nº 90.058/24 - SEAD (PAE nº 00110033.002402/2025-26), cujo certame resultou em itens frustrados. Essa referência foi utilizada para subsidiar a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, até que a nova consolidação de demandas seja formalizada por meio da

IRP.

5.12. No caso dos itens em que o quantitativo estimado foi indicado como uma unidade (1), essa definição decorre da inexistência de itens similares em licitações anteriores, razão pela qual não há histórico de consumo que possibilite estimativa mais precisa nesta fase do planejamento.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada conforme determina o art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, e o art. 3º da Instrução Normativa SEGES nº 65/2021. Para garantir a fidedignidade e representatividade do orçamento, procedeu-se à coleta de um preço médio praticado pela Administração Pública para cada item do objeto, tomando-se como base valores constantes em contratações similares devidamente publicadas em fontes oficiais de transparência e bancos de dados públicos — neste caso o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.2. Os preços utilizados encontram-se referenciados e acessíveis por meio de hiperlink inserido no mapa pesquisa (item 5.9), permitindo a verificação direta de sua origem e autenticidade. Em seguida, os valores unitários coletados foram multiplicados pelo quantitativo estimado de cada item, resultando no valor global estimado da contratação.

6.3. Com vistas a evitar a duplicidade de informações, no presente tópico somente será indicado o procedimento adotado para identificação dos valores estimativos da contratação, de modo que os valores de referência e o respectivo valor estimativo de cada item estarão discriminados na tabela do item 5.9 deste estudo.

6.4. Conforme disposto no tópico 5, tão logo haja a consolidação da demanda junto aos demais órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Norte, que possuam interesse em integrar a Ata de Registro de Preços, será estimado o valor global fidedigno para a contratação. Em face do exposto, o valor estimado para a presente contratação, calculado com base no histórico da última licitação conduzida pela Pasta, é de **R\$ 6.124.801,06** (seis milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e um reais e seis centavos).

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. PARA O LÍQUIDO ÁGUA MINERAL NATURAL:**

7.1.1. Sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

7.1.2. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da ANVISA e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.

7.1.3. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme estabelece a Resolução ANM nº 193/2024, que consolida as especificações técnicas para o aproveitamento de águas minerais e potáveis de mesa.

7.1.4. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.

7.1.4.1. Especificações para os itens 4 e 5:

- Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas, em conformidade com ABNT NBR nº 14.222/2013, garantindo a integridade do produto. O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas. A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos da Resolução ANM nº 193/2024.
- Dimensões do garrafão de 20L: Altura total: 490mm ± 2,5mm; Diâmetros medidos no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.
- Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

7.1.4.2. Especificações para os itens 1,2 e 3:

- Tipo de embalagem:

I - Para o item 1: Copo de 200 mililitros (ml), fabricado em PET, descartável, de único uso, com lacre de segurança em material laminado e rótulo informativo do produto.

II - Para o item 2: Garrafa de 500 mililitros (ml), fabricada em PET, descartável, de único uso, com tampa plástica e rótulo informativo do produto.

- A validade da água deve ser de no mínimo 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

7.1.5. Ciclo de Vida do Objeto:

### **7.1.5.1. Produção:**

- O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA

- nº 76/2007, que estabelece diretrizes gerais para integração da gestão de recursos hídricos e águas minerais.;
- A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo, em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60/2019;
- As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado, em observância à norma ABNT NBR 13230/2008.

#### 7.1.5.2. **Distribuição:**

- Devem ser observadas as disposições da RDC ANVISA nº 173/2006, que dispõe sobre boas práticas de industrialização e comercialização de água mineral natural.

#### 7.1.5.3. **Uso:**

- A forma de consumo da água mineral deve evitar desperdício.

#### 7.1.5.4. **Destinação Final:**

- O descarte das embalagens deve ser realizado de modo a atender à Lei nº 12.305/2010 e à ABNT NBR 14.222/2019, além de demais normativos sobre o tema.

### 7.2. **PARA O GÁS GLP:**

7.2.1. Os vasilhames serão fornecidos em perfeito estado de conservação e segurança, não sendo recebidos vasilhames amassados, enferrujados, com lacre violado ou que apresentem vazamento do produto.

7.2.2. Quanto ao armazenamento deve atender aos critérios estabelecidos pela ABNT NBR 15514:2020, que estabelece requisitos mínimos de segurança para as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) com capacidade nominal de até 90 kg de GLP (inclusive), destinados ou não à comercialização.

7.2.3. Para o gás GLP envasado em botijões (recipiente transportável) de 13 e 45 kg, o licitante vencedor deverá possuir autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP da pessoa jurídica outorgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme estabelece a Resolução ANP nº 957/2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP.

7.2.4. Ciclo de Vida do Objeto:

#### 7.2.4.1. **Produção:**

- O GLP deve ser produzido e envasado por empresa autorizada pela ANP, seguindo todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo inspeções periódicas e manutenção dos equipamentos de envase.
- Os botijões devem ser fabricados conforme normas técnicas vigentes, garantindo resistência, integridade e segurança do recipiente.

#### 7.2.4.2. **Distribuição:**

- O transporte deve respeitar a legislação de transporte de produtos perigosos (Lei nº 11.906/2009 e regulamentações correlatas), incluindo sinalização, acondicionamento seguro e segregação de cargas.
- As entregas devem ser realizadas com veículos adequados, garantindo que os vasilhames cheguem aos órgãos participantes em perfeito estado.

#### 7.2.4.3. **Uso:**

- A utilização do GLP deve ocorrer em conformidade com normas de segurança, incluindo instalação adequada, ventilação, prevenção de vazamentos e inspeções periódicas dos botijões.
- Devem ser observadas todas as recomendações de manuseio seguro previstas pela ANP e pela ABNT.

#### 7.2.4.4. **Destinação Final:**

- O retorno ou descarte de botijões vazios deve atender às normas de segurança e à legislação ambiental vigente, evitando contaminação e riscos à saúde.
- Botijões danificados, enferrujados ou fora das condições de uso devem ser encaminhados para acondicionamento certificado ou descarte conforme normas da ANP e legislação ambiental aplicável.

### 7.3. **Sustentabilidade**

7.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos neste Estudo Técnico Preliminar, tais como:

7.3.1.1. Para os itens que possuam recipientes utilizados para envasar a água mineral (garrafão, garrafa e copo), estes devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, que tratam da avaliação de conformidade de plásticos reciclados.

7.3.1.2. Os recipientes destinados ao envasamento da água deverão ser livres do composto bisfenol A (BPA), substância nociva à saúde humana, conforme diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

7.3.1.3. A água mineral natural, sem gás, deve atender às características físico-químicas e microbiológicas estabelecidas em regulamento técnico próprio, notadamente a Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019, da Anvisa, que dispõe sobre os padrões de potabilidade e composição de águas minerais e potáveis de mesa.



7.3.1.4. As embalagens, retornáveis ou descartáveis, devem ser isentas de danos físicos — como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que comprometa a integridade do produto — e atender às normas ABNT NBR 14222:2019 (Garrafão retornável — Requisitos e métodos de ensaio) e ABNT NBR 15395:2006 (Garrafas de PET não retornáveis — Requisitos e métodos de ensaio).

7.3.1.5. O rótulo das embalagens deve ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme as disposições da Portaria ANM nº 937, de 28 de setembro de 2022, que regulamenta os procedimentos de rotulagem, comercialização e controle de águas minerais e potáveis de mesa.

7.3.1.6. As condições de envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências da Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006, da Anvisa, e demais legislações aplicáveis.

7.3.1.7. No caso do gás liquefeito de petróleo (GLP), a CONTRATADA deverá assegurar que o fornecimento ocorra mediante recipientes transportáveis padronizados, devidamente certificados e em conformidade com as normas da ABNT NBR 8460 e NBR 15514, garantindo segurança no armazenamento, transporte e manuseio. Os recipientes devem estar em perfeito estado de conservação, livres de ferrugem, vazamentos ou deformações, e deverão ser destinados à reutilização e reciclagem, observando-se práticas ambientalmente adequadas de descarte ao final de sua vida útil.

7.3.1.8. Os órgãos e entidades participantes deverão manter condições adequadas de armazenamento dos produtos, observando medidas de segurança e higiene, bem como adotar práticas de gestão sustentável das embalagens, priorizando a reciclagem e a logística reversa, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. A solução objeto da presente contratação, bem como seus itens, são considerados comuns, nos termos do [artigo 20, da Lei 14.133 /2021](#), e do [inciso II, do art. 80, do Decreto 32.449/2023](#).

### **8.2. SUBCONTRATAÇÃO**

8.2.1. Considerando que o fornecimento de água mineral e gás são objetos em que não há complexidade na sua aquisição, não sendo prática comum no mercado a realização de subcontratação entre as empresas, uma vez que o fornecimento se dar de maneira direta entre o comprador e fornecedor, bem como considerando que a subcontratação pode aumentar os riscos de descumprimento contratual, já que a empresa contratada não teria controle direto sobre a execução do contrato pela subcontratada, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

### **8.3. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

8.3.1. Não haverá exigência de garantia pelas razões dispostas abaixo:

8.3.2. O cumprimento das obrigações pactuadas podem ser asseguradas na aceitação do objeto pelo fiscal do contrato, prescindindo de dilação temporal;

8.3.3. A contratação não envolve questão de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

8.3.4. O pagamento pelos serviços somente será realizado após sua efetiva conclusão e respectivo recebimento definitivo do objeto;

8.3.5. A onerosidade imposta pela possível exigência da garantia elevaria o valor das propostas e ainda possibilitaria uma limitação ao universo dos interessados em razão da onerosidade que a medida traria aos licitantes.

### **8.4. FORMA DE SELEÇÃO**

8.4.1. O referido procedimento de contratação possui características singulares por se destinar a alimentar o Sistema de Registro de Preços (SRP), sob o gerenciamento da Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN). O procedimento auxiliar do SRP permite que os licitantes declarados vencedores nos respectivos itens, por cumprirem às condições editalícias, obrigam-se a atender às requisições formuladas pelos órgãos e entidades que demonstraram interesse em integrar o registro de preços, a preços fixados e dentro do universo temporal máximo de 12 (doze) meses, prorrogável ainda por igual período.

8.4.2. Ressalta-se que o SRP se trata de uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de contratação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público - que pode ou não efetuar a contratação, mantendo em seu cerne o ganho em escala, tendo em vista que a aglutinação de diversas demandas que são comuns podem gerar uma redução nos preços ofertados pelos licitantes.

8.4.3. Nessa toada, busca-se ainda manter a padronização das contratações no âmbito dos órgãos e entidades participantes, bem como objetiva manter a qualidade do objeto em função do quantitativo licitado e da elevada dimensão dos recursos, o SRP permite obter a proposta efetivamente vantajosa buscando a economia em escala.

8.4.4. E, por fim, pelo que prevê o Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023, em seus artigos 149 e 153:

Art. 149. É permitida a aplicação do SRP para a contratação de bens e serviços comuns, inclusive de obras e serviços de engenharia, e nos casos de contratação direta, observado o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Decreto.

(..)

Art. 153. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual poderão adotar o SRP quando:

I - pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou em diferentes períodos, ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atividades;



8.4.5. Dentro do arcabouço das hipóteses de utilização do SRP, compreende-se que a presente necessidade se enquadra na identificação que a eventual aquisição será necessária à Administração para o desempenho de suas atividades, bem como se observa, dentro do panorama Estadual, que se trata de aquisição para atendimento a mais de um órgão e entidade. Desse modo, a utilização desse sistema propiciará também a redução de custos, sem a realização de licitações seguidas para o mesmo objeto, atendendo-se, portanto, aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

8.4.6. Outrossim, as licitações deflagradas por esta Pasta de Governo tem por escopo todo o âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte, que são utilizadas, em sua maioria, para atendimento aos programas de governo visando atendimento à sociedade e seus agentes públicos e prestadores de serviços.

8.4.7. Cumpre ressaltar que, por se tratar de processo que utilizará o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, caberá, exclusivamente, aos órgãos e entidades que demonstrarem interesse em figurar como participante indicar suas pretensões estimando o consumo, bem como as respectivas justificativas, consoante art. 163 do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, restando ao órgão gerenciador a consolidação da estimativa individual e total, segundo art. 160 do mesmo diploma legal.

8.4.8. O SRP será utilizado para aquisição de água mineral em recipientes(copo, garrafa e garrações) junto ao mercado de fornecedores e a aquisição gás GLP em botijões e cilindros mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 8.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.5.1. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, visto que se trata da regra licitatória. Além disso, os itens indicados na presente contratação não são dependentes, bem como não se observa, tendo em vista a utilização do sistema de registro de preços, a eficiência em aglutinar os itens em lotes.

## 8.6. MODO DE DISPUTA

8.6.1. O modo de disputa entre as licitantes será o **ABERTO E FECHADO**:

8.6.2. Nesse modo de disputa os licitantes participarão de duas etapas: ABERTA: liberação gradual dos preços privados ("calibragem"), com "tempo aleatório" e faixa de classificação para a etapa fechada (incentivo para adoção de uma estratégia dominante correspondente a oferta de preços mais próximos à valoração real do objeto pelo licitante); e FECHADA: por envolver um lance final e sigiloso, o licitante tende a seguir sua "estratégia dominante" (seu "melhor preço"), vez que não terá o conhecimento prévio da estratégia dos demais concorrentes. (AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, 2022, Disponível em: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/19943/a-fase-de-lances-na-lei-14.133%2F21-e-a-%E2%80%9Cteoria-dos-leil%C3%B5es%E2%80%9D>).

8.6.3. Nesse sentido, considerando as características da solução - aquisição de água mineral em recipientes(copo, garrafa e garrações) junto ao mercado de fornecedores e a aquisição gás GLP em botijões e cilindros -, a divulgação do orçamento e o critério de julgamento adotado (menor preço por item), o modo de disputa aberto e fechado buscará garantir à administração a melhor contratação.

## 8.7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.7.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não sendo admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, sob pena de desclassificação, consoante [art. 149, parágrafo único do Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).

8.7.2. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.7.2.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

8.7.2.2. mantiverem sua proposta original.

8.7.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.

8.7.3. O registro a que se refere o subitem 5.8.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

8.7.3.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.7.4. Os preços registrados por força deste procedimento licitatório terão validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.

8.7.5. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarretem modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilizem a execução tal como pactuada, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

8.7.5.1. As regras para alteração dos preços registrados estão previstas no [artigo 173 do do Decreto Estadual 32.449, de 2023](#).

8.7.6. O prazo para vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte, conforme preceitua o [artigo 178, do Decreto Estadual 32.449, de 2023](#).

8.7.7. O licitante vencedor terá **5 (cinco) dias úteis** para assinar a Ata, a partir da convocação por meio de e-mail, telefone, correspondência ou qualquer meio eletrônico de comunicação.

8.7.8. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, e ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, conforme os [§§ 6º e 7º, do Art. 167, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#).

8.7.9. Nos termos do [artigo 165, VIII, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#), é vedado a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

#### **DA RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVO EM CASO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA**

8.7.10. Em observância ao disposto no [art. 84 da Lei nº 14.133/2021](#), ao [art. 179 do Decreto Estadual nº 32.449/2023](#) e ao Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal, esta fase de planejamento contempla a avaliação da pertinência e da conveniência de eventual renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente registrado, por ocasião de eventual prorrogação de sua vigência.

8.7.11. Considerando a natureza contínua e recorrente da demanda por produtos de água e gás, bem como a estimativa histórica de consumo dos órgãos e entidades participantes, entende-se tecnicamente viável e conveniente prever, no ato convocatório e na respectiva minuta de Ata, a possibilidade de renovação dos quantitativos, caso haja prorrogação, desde que observadas as condições contratuais e legais vigentes, bem como a manutenção da vantajosidade da contratação.

8.7.12. Essa previsão visa garantir a continuidade do atendimento das necessidades administrativas, evitando desabastecimento e assegurando a economicidade, pois permite a manutenção de condições já registradas sem necessidade de novo procedimento licitatório, desde que comprovado que tais condições permanecem compatíveis

#### **USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

8.7.13. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

8.7.14. As demais condições estarão disciplinadas na minuta da Ata de Registro de Preços, documento anexo ao Edital.

#### **8.8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

8.8.1. É conferida à autoridade competente a discricionariedade no que tange à exigência da prestação de garantia de execução nas contratações de obras, serviços e compras. A aquisição de materiais de expediente não traz complexidade a sua execução, de modo que não se faz necessária a exigência de garantia contratual da execução visando a economicidade, posto que não haverá a onerosidade imposta pela exigência de garantia, o que elevaria o valor das propostas dos licitantes.

8.8.2. Ademais, frisa-se que a presente contratação não pode ser classificada como obra, serviço ou compra de grande vulto, nos termos do inciso XXII do art. 6º da Lei 14.133/21, pois não há expectativa em ultrapassar o valor de R\$ R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) com a contratação.

8.8.3. Cumpre destacar ainda, que tais decisões baseiam-se em um processo de avaliação da realidade do mercado acerca do objeto a ser licitado, bem como a ponderação de riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

#### **8.9. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

8.9.1. Trata-se de solução com ampla empresas fornecedoras no mercado, de modo que não se observa a necessidade de caracterizar com sigilo o orçamento da presente contratação.

8.9.2. Destaque-se que, após a consolidação da demanda, junto aos demais órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Norte, que possuam interesse em integrar a Ata de Registro de Preços, será estimado o valor global para a contratação que deverá constar no Termo de Referência do processo licitatório.

#### **8.10. REAJUSTE CONTRATUAL**

8.10.1. Os preços contratados permanecerão fixos e irremovíveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado, sendo admitido reajuste após esse intervalo, conforme índice e critérios a serem definidos na minuta contratual, em observância à legislação vigente e ao princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

#### **8.11. POSSIBILIDADE DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

8.11.1. Embora a Lei nº 14.133/2021 preveja a possibilidade de participação de empresas reunidas em consórcio, avaliou-se que, para o objeto em questão, aquisição de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP), não se verifica justificativa técnica ou econômica que demande a atuação conjunta de empresas.

8.11.2. Trata-se de fornecimento de bens de natureza comum, com ampla disponibilidade no mercado e execução direta e independente por empresas individuais, sem exigência de especializações complementares ou vulto que inviabilize a participação isolada de fornecedores.

8.11.3. Diante disso, optou-se por não admitir a participação de empresas sob a forma de consórcio, entendimento que não restringe a competitividade do certame, uma vez que há número suficiente de fornecedores capazes de atender integralmente ao objeto de forma individual.

#### **8.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL**

8.13. Para os itens referentes a água mineral as empresas interessadas deverão apresentar **Laudos de Análise de Potabilidade**, em nome da empresa licitante, **assinado por um responsável técnico**, conforme RDC 275/2005.

8.14. Para os itens referentes a GLP – Gás Liquefeito de Petróleo - as empresas interessadas deverão apresentar

Certificado de Autorização de Posto Revendedor outorgado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, conforme disposto na Resolução ANP N° 958, de 05 de outubro de 2023, dentro do prazo de validade.

8.15. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior para os itens (DEFINIR APÓS IRP), por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.1.1. Fornecedor de quantidades mínimas de 15% (quinze por cento) do valor do item.

8.15.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.15.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 8.16. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

8.16.1. Para fins de qualificação econômico-financeira será exigido no Termo de Referência as condições de que trata o art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.16.2. Nesse cenário, ressalta-se que demonstração de qualificação econômico-financeira se relaciona com a comprovação da boa situação econômica da licitante, de modo a atestar sua capacidade de assunção de compromissos financeiros. Assim, a Administração deve eleger os requisitos que, segundo as características e a complexidade do objeto, são considerados mínimos para demonstrar que a realidade financeira do licitante é estável.

8.16.3. Ademais, deve ser asseverado que caso as empresas não alcancem o resultado exigido nos índices previstos no instrumento convocatório, existe a possibilidade de comprovação do capital social ou patrimônio líquido com base no valor da contratação, que encontra amparo no § 4º do art. 69, da Lei 14.133/2021, ampliando o universo de possíveis licitantes nos certames.

8.16.4. Portanto, a adoção de exigências e índices não violam o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a futura execução do contrato, compatíveis com a complexidade exigida no objeto.

8.16.5. Desse modo, o atendimento aos requisitos exigidos busca demonstrar uma situação equilibrada dos licitantes. Caso contrário, o desatendimento das exigências, pode revelar uma eventual situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

8.16.6. Sendo assim, observa-se que as exigências no item qualificação econômico-financeira se mostram razoáveis e atendem aos critérios objetivos previstos no art. 37, XXI, da CF/88, haja vista que a contratação de empresa em situação equilibrada é o mínimo de segurança que a Administração Pública deve observar para se resguardar e assegurar o integral cumprimento do contrato.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. No caso da contratação em tela, a compra será parcelada por não se tratar de itens interdependentes.

9.2. Sendo a regra a ser observada pela Administração nas licitações a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea "b" do inciso V e no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, não haverá agrupamento dos objetos em lote, uma vez que, analisando o potencial competitivo para essa licitação, sem prejuízos aos aspectos técnicos, proporcionando maior economia de escala e melhor gestão contratual, a Administração considerou que a divisão da contratação por itens permitirá que fornecedores propiciem seus melhores preços por produto. Dessa forma, possibilita maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, acarretando maior vantagem para a Administração.

9.3. Em vista disso, a aquisição dar-se-á de forma parcelada de acordo com a disponibilidade financeira e recursos recebidos por cada Órgão ou Entidade integrante da Ata de Registro de Preço.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A presente contratação não demanda a realização de contratações correlatas ou interdependentes para que o objeto alcance sua finalidade. O fornecimento de água mineral natural e de gás liquefeito de petróleo (GLP) constitui solução autônoma, plenamente executável de forma independente, não exigindo a celebração de outros ajustes para sua efetividade.

## 11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação para fornecimento de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP) trará benefícios diretos à execução das atividades dos órgãos e entidades estaduais, garantindo o funcionamento regular de unidades administrativas, escolares, de saúde, de segurança e demais setores que dependem desses insumos para o desempenho de suas funções.

11.2. A aquisição de água mineral assegura o acesso a produto de qualidade e potabilidade comprovadas, essencial para o consumo diário de servidores e visitantes, promovendo melhores condições de trabalho e bem-estar no ambiente laboral. Já o fornecimento de gás GLP é indispensável ao preparo de refeições, aquecimento de água e outras atividades operacionais, contribuindo para a continuidade e segurança dos serviços públicos.

11.3. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

11.3.1. Regularidade no abastecimento: a contratação garantirá o fornecimento contínuo dos insumos, evitando interrupções nas atividades institucionais.

11.3.2. Otimização dos recursos públicos: o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite aquisições conforme a demanda real, com economia decorrente do ganho de escala e da competição entre fornecedores.

11.3.3. Padronização da qualidade: assegura que todos os órgãos participantes recebam produtos com padrões uniformes de qualidade, segurança e procedência.

11.3.4. Facilidade de gestão: a centralização do registro de preços pela SEAD simplifica o controle e acompanhamento das contratações, reduzindo tempo e esforço administrativo.

11.3.5. Adoção de práticas sustentáveis: incentiva o uso de recipientes recicláveis e a destinação ambientalmente adequada de resíduos, reduzindo o impacto ambiental das aquisições públicas.

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. A presente aquisição pode sofrer risco de danos na fase interna da licitação com pesquisa de preços deficiente acarretando preços superestimado ou subestimado ocasionando, respectivamente, dano ao erário ou gerar licitação deserta, ou fracassada. Como providências prévias requer que a equipe responsável realize a pesquisa de preços de forma crítica utilizando o maior número de fontes de pesquisas possíveis e quando necessário executar ações de contingência como reajustes nos contratos realizados, realinhamentos nos documentos do planejamento e/ou iniciar uma nova contratação ajustada.

12.2. Ademais, quando a aquisição sofrer circunstância de atraso no processo licitatório e consequente atraso na execução dos serviços e/ou aquisições providências devem ser adotadas. Dentre os encaminhamentos empregados deve-se despendar o máximo de atenção e recursos tecnológicos possíveis na fase de elaboração das peças técnicas, visando atender aos normativos e diretrizes disponibilizados por cada instituição como ações preventivas e buscar o contato com os analistas, visando prover a maior celeridade no atendimento de possíveis pendências e disponibilização de informações necessárias ao processo de análise como ação de contingências.

## 13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Execução contratual deverá observar as normas e diretrizes de sustentabilidade aplicáveis, incluindo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais legislações correlatas.

13.2. Os fornecedores deverão adotar práticas que minimizem impactos ambientais, assegurando:

13.2.1. o uso de recipientes constituídos, total ou parcialmente, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

13.2.2. a comercialização de recipientes livres de bisfenol A (BPA), de modo a proteger a saúde humana;

13.2.3. o correto armazenamento, transporte e descarte dos recipientes, em observância às normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

13.3. Os órgãos e entidades participantes, por sua vez, deverão manter condições adequadas de armazenamento e controle de validade dos produtos, de forma a evitar desperdícios e garantir a integridade dos bens fornecidos.

## 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA CONTRATAÇÃO/DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. **Análise das Alternativas:** Conforme exposto no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas alternativas de fornecimento para água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP), levando em consideração aspectos técnicos, logísticos e econômicos. A contratação direta desses produtos junto ao mercado de fornecedores, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), mostrou-se a solução mais eficiente e vantajosa para atender às necessidades da Administração Pública estadual, permitindo o atendimento conforme a demanda real de cada órgão.

14.2. **Justificativa da Escolha:** A escolha da solução está fundamentada na necessidade de garantir o abastecimento contínuo de bens essenciais, sem que haja desabastecimento ou atrasos que comprometam a execução das atividades públicas, considerando a proximidade do término da vigência da atual ata de registro de preços. A modelagem pelo SRP, com estruturação do objeto em itens distintos (água e gás), assegura economicidade, flexibilidade e agilidade, além de favorecer o controle logístico e a gestão centralizada.

14.3. **Adequação Legal:** A contratação está plenamente alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 32.449/2023 e das demais normas correlatas. As definições quanto à forma de seleção do fornecedor, critério de julgamento, modo de disputa e tratamento dado à participação de consórcios atendem aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e economicidade.

14.4. **Impacto e Benefício Esperados:** Espera-se que a contratação proporcione maior eficiência administrativa, redução de custos por meio da compra em escala e garantia de regularidade no fornecimento, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e do atendimento prestado à população. A iniciativa também incorpora diretrizes de sustentabilidade, reforçando o compromisso da Administração Pública estadual com práticas ambientalmente responsáveis.

### 14.5. Plano de Implementação:

14.5.1. A execução da nova contratação deverá resultar em maior eficiência administrativa e operacional, garantindo o fornecimento contínuo de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP) aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual. A centralização do processo por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá atendimento conforme a demanda real de cada órgão, otimizando recursos e evitando desperdícios.

14.5.2. O modelo adotado proporcionará redução de custos em razão do ganho de escala e da competitividade do pregão eletrônico, além de simplificar a gestão e fiscalização contratual, uma vez que os procedimentos de controle e acompanhamento estarão padronizados sob a coordenação da SEAD, na condição de órgão gerenciador.

14.5.3. A implementação efetiva da ata de registro de preços assegurará regularidade no abastecimento, evitando interrupções nas atividades de setores que dependem diretamente desses insumos, como escolas, unidades de saúde, instituições prisionais e repartições administrativas.

14.5.4. Entre os efeitos positivos esperados, destacam-se:

- I - Melhor planejamento logístico das entregas e reposições, com distribuição conforme o cronograma e a necessidade de cada órgão;
- II - Padronização da qualidade e procedência dos produtos, garantindo segurança sanitária e conformidade com as normas técnicas vigentes;
- III - Agilidade nas contratações subsequentes, uma vez que os órgãos poderão requisitar os produtos de forma direta, conforme a demanda;
- IV - Fortalecimento das práticas de sustentabilidade, com incentivo à utilização de embalagens recicláveis, à correta destinação dos resíduos e ao consumo consciente.

14.5.5. Dessa forma, a implementação desta contratação contribuirá para o fortalecimento da gestão pública de suprimentos, assegurando regularidade, economia e qualidade na prestação dos serviços, com impactos positivos no funcionamento das unidades e na melhoria das condições de trabalho dos servidores e usuários dos serviços públicos.

14.6. Assim, conforme demonstrado ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP) revela-se viável, adequada e tecnicamente fundamentada, atendendo integralmente aos interesses da Administração Pública estadual e aos princípios constitucionais que regem a gestão pública.

## 15. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

O presente documento foi elaborado conforme disposto no [Art. 18, Inc. I, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e segue assinado pelos responsáveis por sua elaboração, bem como, ratificado pela Chefia da Subcoordenadoria de Apoio e Acompanhamento de Licitações e Contratos (SULIC/SEAD).

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)  
**MARÍLIA ARACELLY DO NASCIMENTO GOMES**  
matrícula nº 200.378-3  
Agente elaborador do Estudo técnico preliminar

(assinado eletronicamente)  
**BRENNA KAROLYNA DOS SANTOS SILVA**  
matrícula nº 226.184-7  
Agente elaborador do Estudo técnico preliminar

Ratificado por:

(assinado eletronicamente)  
**TARCYLLA ÍNGRID DOS SANTOS SOUZA**  
matrícula nº 250.623-8  
Subcoordenadoria de Apoio e Acompanhamento de Licitações e Contratos (SULIC/SEAD)

## 16. ANEXO

Natal, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Aracelly Do Nascimento Gomes, Agente de Polícia Civil**, em 06/11/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRENNA KAROLYNA DOS SANTOS SILVA, C-4**, em 06/11/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **TARCYLLA ÍNGRID DOS SANTOS SOUZA, Subcoordenadora de Apoio e Acompanhamento de Licitações e Contratos**, em 06/11/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **37109466** e o código CRC **42D12B82**.

---

**Referência:** Processo nº 00110033.003535/2025-10

SEI nº 37109466